

PODER

Cobrança pública a Haddad e Alckmin

Por articulação política, Lula quer o vice mais ágil e manda ministro trocar os livros por mais conversas com Câmara e Senado

» VICTOR CORREIA
» INGRID SOARES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou, ontem, que seus ministros passem mais tempo dialogando com o Congresso, em meio à crise que se instaurou entre os dois Poderes. O governo teme que a tensão, encabeçada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), mas sentida também no Senado, prejudique o andamento de pautas econômicas.

Lula pediu agilidade a seus ministros e que o chefe da Fazenda, Fernando Haddad, gaste mais tempo dentro do Congresso do que lendo livros. Também citou o vice-presidente Geraldo Alckmin.

“Isso significa que o Alckmin tem que ser mais ágil. Tem que conversar mais. O Haddad, em vez de ler um livro, tem que perder algumas horas conversando no Senado e na Câmara. O Wellington (Dias, do Desenvolvimento e Assistência Social) e o Rui Costa (da Casa Civil) têm que passar a maior parte do tempo conversando com a bancada A, com a bancada B”, frisou o presidente na cerimônia para lançar o Programa Acredita (leia reportagem na página 7).

No Congresso, a base governista tenta evitar a votação de pautas-bomba, como a PEC do Quinquênio, que prevê aumentos para servidores do Judiciário a cada cinco anos; e a derrubada do veto de Lula a R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares no Orçamento.

“É difícil, mas a gente não pode reclamar, porque a política é exatamente assim. A política é a arte que permite a gente viver na diversidade com as pessoas, porque a gente tem divergência”, declarou Lula.

A crise ganhou força após a Câmara manter a prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de ser mandante do assassinato de Marielle Franco (PSol). Lira acusou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, de ter divulgado que ele atuou pela solução do parlamentar.

Tributária

Questionado por jornalistas sobre a cobrança de Lula por mais articulação, Haddad foi sucinto: “Eu só faço isso na vida”.

Ele se reuniu com o Lula, também ontem, para tratar dos “últimos detalhes” da



Alckmin tem que ser mais ágil. Tem que conversar mais. O Haddad, em vez de ler um livro, tem que perder algumas horas conversando no Senado e na Câmara. O Wellington e o Rui Costa têm que passar a maior parte do tempo conversando com a bancada A, com a bancada B”

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

regulamentação da reforma tributária, que deve ser apresentada ao Legislativo nesta semana. O texto vem sendo cobrado por parlamentares. Pelo menos 13 projetos alternativos ao do governo já foram apresentados na Câmara.

Segundo o ministro, Lula aprovou os projetos da regulamentação, mas apenas um dos textos será enviado esta semana, o que cria a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS), imposto federal; e o Imposto Sobre Bens e Serviço (IBS), imposto local, de estados e municípios. Também está incluso o de alíquotas sobre produtos e serviços, como a ceslaria básica. São quase 200 páginas de documento. O segundo projeto, a respeito do Comitê Gestor do IBS, por exemplo, deve ser enviado em até 10 dias.

“Fechamos com o presidente todo o texto, não tem mais pendência com ele. Agora é um trabalho braçal pra fechar o texto. Está em processo na Casa Civil há muitos dias. São dois projetos, está indo o mais robusto porque o outro é de processo administrativo”, explicou. “O presidente quis pessoalmente olhar pra ver se tudo estava fazendo sentido, até porque vai haver um amplo debate na sociedade, e ele queria estar seguro de que o texto tem consistência social também, não só econômica.”

Ricardo Stuckert / PR



Alckmin, Lula e Haddad no Planalto: cobrança do presidente ocorre no momento em que o governo enfrenta desgaste no Congresso

Perse até 2026, com teto de R\$ 5 bi ao ano

» INGRID SOARES

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou, ontem, que a equipe econômica deve manter o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), de 2024 até o fim de 2026. No entanto, o teto será de R\$ 15 bilhões em renúncias fiscais, ou seja, R\$ 5 bilhões anuais.

“A proposta é fechada. Tentar fechar o relatório, estabelecer o teto nesse valor e, sobretudo, o final do programa, que ele dure até 2026. A Fazenda vai se envolver diretamente. Já houve reuniões com o líder da Câmara para fecharmos a proposta final do relatório, de R\$ 5 bilhões por ano. A medida, inclusive, foi porque, só no ano passado, já ultrapassou, chegou a quase R\$ 15 bilhões”, disse a jornalista, após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. “Vamos buscar acordo final sobre o relatório do Perse para votar na Câmara (ainda esta semana).”

Padilha acrescentou que a equipe trabalha em um texto

Eleições municipais

O ministro Alexandre Padilha reconheceu que pode haver dificuldades para a votação de projetos no segundo semestre por causa das eleições municipais, mas ressaltou que, após a convocação às urnas, ainda haverá os meses de outubro, novembro e dezembro. Segundo ele, nesse período, há expectativa de “muitas votações importantes”, entre elas, a da regulamentação da reforma tributária.

para liberar parte dos R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão vetadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Nossa proposta é que a gente possa recompor parte das emendas de comissão vetadas. Essa recomposição será possível em virtude da boa arrecadação”, apontou.

Prazo

Ele disse ter até amanhã, quando ocorre a sessão do Legislativo que analisará vetos

presidenciais, para fechar a proposta. A recomposição pode girar em torno de R\$ 3 bilhões — mas Haddad não quis se comprometer falando sobre valores.

“Quero reforçar aqui a compreensão do Congresso, em especial do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco. O governo tinha solicitado, no começo do ano, que não se fizesse a sessão antes que terminássemos a análise do relatório bimestral de receitas e despesas”, ressaltou Padilha.

“Dizíamos que era necessário aguardar o relatório bimestral para sabermos a evolução das receitas, para que pudesse chegar a uma proposta na sessão do Congresso de reaproveitamento de uma parte desses recursos que estavam vetados”, frisou. “Estamos construindo uma proposta para que a gente possa reaproveitar uma parte desses recursos, que eles estejam em programas importantes, como de desenvolvimento urbano, de infraestrutura para os municípios. Estamos trabalhando num pacote de vetos a serem derrubados de forma comum, pontos importantes, em especial na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).”

O Perse foi criado para mitigar os prejuízos do setor de eventos durante a pandemia. Regulamentado pela Lei 14.148, sancionada em 3 de maio de 2021, previa benefícios fiscais, como a isenção do pagamento de impostos federais e redução de até 100% dos juros e multas sobre débitos.

Atos golpistas: 88 pessoas continuam presas

» RENATO SOUZA

O Supremo Tribunal Federal (STF) já prendeu 1.645 acusados de envolvimento nos atentados de 8 de janeiro. Os dados foram divulgados, ontem, pelo gabinete do ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito que tramita na Corte sobre o tema. Apesar do elevado número de detenções, no momento, 88 pessoas continuam encarceradas — as 1.557 decisões de liberdade provisória foram concedidas pelo ministro com a aplicação de medidas cautelares.

Além dos presos em flagrante, que foram mais de mil em 9 de janeiro, o dado também conta com detenções ocorridas até agora pela Polícia Federal nas fases da Operação Lesa-Pátria — que se tornou permanente para investigar os atentados, cometidos por extremistas que invadiram as sedes dos Três Poderes, em Brasília.

Moraes fez um balanço de sua atuação durante sete anos no Supremo. Ele foi indicado em 2017 pelo então presidente Michel Temer.

A divulgação do balanço sobre a produção de Moraes e de sua equipe ocorre no momento em que o ministro é alvo de ataques na internet, principalmente por parte do bilionário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), que acusa o magistrado de

Balanço

Inquérito sobre o 8 de janeiro
8 de janeiro
Total de processos: 1.516
Decisões geradas: 8.061
Prisões: 1.645
Julgamentos de ações penais: 161
Homologações de acordos: 102
Processos em tramitação: 1.444

ser um ditador e tomar decisões que representam censura.

De acordo com o relatório, quando ingressou na Corte, em 21 de março de 2017, Moraes “contava com 6.597 processos”. Sete anos depois, o acervo regular tem 699. Durante esse período, foram distribuídos ao ministro 36.498 ações, “somando um total 43.095 recebidos”. O levantamento também aponta que 83% das ações ingressaram no gabinete do magistrado há menos de 15 meses.

“Nesses sete anos, houve uma redução de 94% de processos recursais, 75% referentes a ações de controle concentrado (ADOs, ADIs e ADPFs), 63% de processos originários e 23% de causas envolvendo questões penais”, informou o tribunal.

Antonio Augusto/SCO/STF



O documento cita desde o início da atuação de Moraes na Corte, em março de 2017, até março deste ano

» Prazo para X explicar desobediência a decisões judiciais

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu, ontem, prazo de cinco dias para que o X (antigo Twitter) explique lives realizadas por perfis que estão suspensos na plataforma por ordem judicial. As transmissões ao vivo foram apontadas pela Polícia Federal como uma forma de as contas suspensas burlarem as restrições impostas pelo Judiciário. De acordo com a PF, contas como as do blogueiro Allan dos Santos, que não podem ser acessadas no Brasil, por força de uma decisão do Supremo, usaram os chamados spaces, mecanismo de transmissão ao vivo de áudio no X, para difundir informações em território nacional, principalmente contra a Corte, e promover ataques a instituições.

Barroso sai em defesa de Moraes

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu, ontem, a atuação do colega Alexandre de Moraes. “Claro que qualquer ministro, se estivesse lá, talvez pudesse fazer pontualmente diferente, mas, no conjunto a atuação dele, merece admiração e respeito, e tenho defendido porque acho que teve um papel muito importante”, disse Barroso em seminário na Fundação Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo.

Barroso afirmou que o Supremo teve que assumir o “front do embate com extremismo”, e que defende a atuação de Moraes principalmente devido ao seu “custo pessoal”. “Ele corajosamente enfrentou um desgaste pessoal. Tem ameaça para ele, mulher, filhos. Todos nós sofremos, mas ele mais do que todo mundo”, afirmou.

Na palestra, com o tema *O papel do STF na defesa da democracia*, Barroso ainda pontuou que é comum haver divergências entre ministros. “Não é um espaço de consenso, é passível de crítica, como qualquer instituição em uma democracia. Mas criticar uma instituição é completamente diferente do que ter um ímpeito destrutivo”, emendou.